

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO SEMIARIDO DO NORDESTE DO BRASIL: “DESTRUIÇÃO CRIATIVA” E “PENEIRAS DO SOCIAL”

(Avanço de investigação em curso)

GT08-Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Celso Antonio Favero¹

RESUMO –

Neste trabalho a intenção é analisar as relações entre os agricultores familiares do Semiárido do Nordeste do Brasil, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), e o Estado produtor e gerenciador do programa. Após traçar o perfil do “agricultor familiar” de uma sub-região do semiárido, e após mapear de forma exaustiva os montantes das transferências públicas de dinheiro para a agricultura familiar da região, se busca identificar os mecanismos de “bloqueio” ou as “peneiras” que esses programas de políticas introduzem na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, os modos como os agricultores, apropriando-se e usando esses recursos, reestruturam os modos de produção da vida. Os resultados do estudo contribuem para dimensionar o tamanho da “destruição criativa” produzida pelo Estado na agricultura familiar da região, e, igualmente, para identificar os novos lugares que os agricultores ocupam nas estruturas do social e as estratégias que eles desenvolvem, nas novas circunstâncias, para a produção das suas vidas.

Palavras-chave - Agricultor familiar, Produção da vida, Destruição Criativa.

INTRODUÇÃO - OU DA DESTRUIÇÃO E DA APROPRIAÇÃO CRIATIVAS

A finalidade deste trabalho é analisar as relações entre os agricultores familiares do Semiárido do Nordeste do Brasil, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), e o Estado, aqui identificado como produtor do programa e como gerenciador dos processos de produção de sistemas simbólico-normativos que estruturam os próprios modos de pensar este personagem (agricultor familiar) e a região (semiárido). Parte-se, nesse quadro, da ideia de que, com o PBF, introduz-se, na região (e no Brasil), um novo modelo de políticas públicas, que, segundo Bruno Lautier (2010) se constitui com base na ideia de consenso (o “*consensus building*”)². Que contradições estruturam as relações entre esses dois agentes? Que estratégias e instrumentos são desenvolvidos pelo Estado visando a impor um novo sistema simbólico-normativo e que estratégias são desenvolvidas pelos agricultores para a apropriação desse sistema e a sua assimilação nos seus modos de produção da vida? Que efeitos

1. Doutor (PhD) em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM), Professor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), membro do “Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária” (UNEB) e do “Grupo de Pesquisa [Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências](#)”. celsofavero@terra.com.br.

² De acordo com Lautier, as teorias contemporâneas do *consensus building* foram elaboradas principalmente pelo *Consensus Building Institute* (CBI), do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), organismo coordenado por especialistas em planejamento territorial, ambientalistas e outros *experts* e cujo interesse principal é propor e vender intervenções denominadas facilitações e mediações que poderão ser adotadas para dirimir conflitos extremamente diversos. Para a disseminação do discurso contribuíram, além do MIT, organismos poderosos como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o PNUD. David Planck, em estudo sobre as políticas educacionais no Brasil publicado em 2001, chega à mesma conclusão.

resultam desses processos nos sistemas de sociabilidade, de reconhecimento social e de modos de produzir a vida do agricultor familiar da região? As relações entre duas lógicas - a da “apropriação criativa” de instrumentos de políticas e da sua adequação aos sistemas que regem a vida cotidiana do agricultor, e a da “destruição criativa” (HARVEY 2007)³ da ordem que estrutura a “vida ordinária” desses agricultores para a produção de uma nova ordem - estabelecem, portanto, o fio da meada.

Para o trabalho, mesmo considerando o conjunto da região semiárida⁴, concentrou-se a atenção no Território de Identidade Bacia do Jacuípe⁵ (TIBJ), na Bahia. Desde 2007, em frequentes visitas às comunidades do Território, procurou-se acompanhar dois processos: o da implantação, pelo Estado, dos Territórios de Identidade, do Programa Bolsa Família (PBF) e do vasto rol de políticas do Estado para a agricultura familiar, por um lado, e, por outro, o da apropriação criativa desses programas e políticas no âmbito da agricultura familiar. Ingressando nesse contexto, procurou-se perceber: o que e como se muda nos âmbitos dos sistemas simbólico-normativos, dos objetos e das ações dessas famílias; como o Estado e seus agentes identificam e reconhecem essas mudanças, operam com as mesmas e as transformam dando-lhes novos sentidos.

As reflexões desenvolvidas no trabalho são organizadas considerando dois campos: 1) o da caracterização da agricultura familiar da região e dos instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar, com especial atenção para os montantes de recursos financeiros transferidos; 2) o da transformação da agricultura familiar do Semiárido numa nova “fronteira do social” ou num laboratório onde se testa o novo modelo de políticas públicas, pautado na ideia de consenso. Hoje, como em outros momentos, a região foi transformada em espaço de contradições ou em “lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos” (MARTINS 1996: 27) da agricultura familiar e do Estado.

Na observação e na análise de processos de produção de tempos/espaços e das relações entre grupos sociais, a noção de fronteira revela-se como essencial. Ela define, por um lado, os contornos e lugares de grupos sociais, envolvendo as descontinuidades que os separam e os identificam (o que remete, até certo ponto, à noção de campo de Bourdieu e, como desdobramento, às noções de posição e disposição dos sujeitos); por outro, ela abre espaços de encontros no interior dos quais as

³ Para Harvey, “as táticas redistributivas do neoliberalismo são de amplo espectro, sofisticadas, frequentemente disfarçadas por meio de malabarismos intelectuais, porém devastadoras para a dignidade e o bem-estar social de populações e regiões vulneráveis. A maré de destruição criativa com que a neoliberalização varreu toda paisagem capitalista não tem paralelo na história desse sistema. É compreensível, portanto, que ela tenha gerado resistência e a busca de alternativas viáveis” (HARVEY 2007: 24).

⁴ Não é objetivo, aqui, retomar as discussões sobre o Semiárido. Consideramos, no entanto, primeiro, que, nas últimas décadas, o termo “Convivência com o Semiárido” tornou-se um lema que articula atores e projetos acadêmicos, políticos, sociais, culturais e de produção de vida; segundo, que, atualmente, três outras abordagens do Semiárido competem com esta. Na primeira, a região emerge como uma caricatura, onde a dissimulação/teatralização toma o lugar da realidade, transformando-a num símbolo que é fonte de uma profusão de sentimentos, visões e compreensões, tais como medo, vergonha, intolerância, horror; por essa visão, o Semiárido emerge como lugar de carência e de ausência de dinâmicas socioeconômicas relevantes, inibindo a percepção de expressões como a revolta. Como reação de elites modernizantes contra essa visão “negativa”, produziu-se um contraponto “positivo”, que abre o Semiárido para empreendimentos considerados portadores da modernidade, do bem contra o mal, da racionalidade contra a irracionalidade; nessa perspectiva, se requer dos atores uma consciência social/política empreendedora, que resulta da disseminação de projetos com caráter “quase” missionário/salvador e da inclusão das populações locais ao espírito empreendedor pela via da “capacitação”. A terceira abordagem entende que o empreendedorismo instituiu a competição não apenas entre atores, mas também entre regiões, dando origem a regiões produtoras e a regiões consumidoras de riquezas. Conforme essa visão, para enfrentar o desequilíbrio regional produzido pela competição, que seria “natural” ao capital, o Estado assume o papel de distribuidor de riquezas, gerando um mapa onde se combinam regiões produtoras com regiões consumidoras de riquezas. As Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda e de fortalecimento do consumo se enquadram nesse modelo de crescimento econômico.

⁵ A divisão da Bahia em Territórios de Identidade foi realizada em 2003, e, em 2007, essa configuração foi incorporada pelo governo nas suas estratégias de planejamento. Sobre este assunto, consultar, por exemplo: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. O Território de Identidade Bacia do Jacuípe inclui 14 municípios, todos eles localizados no Semiárido.

classes e grupos sociais se comunicam e trocam entre si, mesmo de forma desigual, o que permite, no limite, o seu mútuo reconhecimento e/ou a desqualificação.

No Brasil, especialmente no Semiárido do Nordeste, ao longo da história, foram produzidos inúmeros mecanismos de bloqueio ou “peneiras” que resultam na produção de desigualdades e exclusões. Dentre elas, “a concentração de terra foi e continua sendo a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento” (WANDERLEY 2009: 11); essa peneira distingue e separa, segundo a autora, os agricultores proprietários dos não proprietários, e, dentre os proprietários, os minifundistas ou os titulares de imóveis que

“não dispõem de recursos necessários à subsistência da família que o explora. A grande maioria pode ser considerada como pequenas unidades de produção familiar que, certamente, engrossam as fileiras dos indigentes rurais...” (WANDERLEY 2009: 60).

Outra “peneira social” identificado pela autora e que distingue e separa o desenvolvimento desses personagens no mundo rural é a do acesso a bens e serviços (a financiamentos e a tecnologias, por exemplo), que se constitui como

“um indicador da participação das pessoas que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade brasileira e uma condição da efetividade do princípio constitucional da igualdade de chances a todos os cidadãos” (WANDERLEY 2009: 18).

Atualmente, no âmbito da agricultura familiar, uma nova peneira separa e distingue dois personagens pela sua capacidade de acessar programas de políticas públicas: ela separa e distingue os “beneficiários” de políticas de assistência, principalmente o PBF, dos que têm acesso a programas de financiamento do desenvolvimento, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Enquanto os primeiros envolvem, no semiárido da Bahia, em torno de 90% dos agricultores familiares, apenas 10% têm acesso ao PRONAF.

Essa nova peneira, a dos programas de políticas públicas, na continuidade das anteriores, transforma a agricultura familiar da região em fronteira ou lugar onde se decide, em últimas instâncias, o próprio reconhecimento do humano. No conjunto, essas peneiras funcionam, também, no sentido de definir o que produz, na agropecuária, cada um desses personagens e quais são as suas estratégias específicas na estruturação de modos de produção da vida. Enquanto o agricultor familiar beneficiário de políticas de assistência tende a identificar a produção agropecuária no seu próprio estabelecimento como um complemento no sistema de estratégias de produção da vida, o agricultor do PRONAF identifica-se, principalmente, como agricultor vinculado à sua própria unidade de produção.

AGRICULTURA FAMILIAR E SISTEMAS SIMBÓLICO-NORMATIVOS

A agricultura familiar e o sistema de peneiras estruturantes

De acordo com dados do Censo do IBGE de 2010, o TIBJ⁶ tem 10.954 Km² e 233.682 habitantes. Nos últimos pouco mais de vinte anos, ele perdeu populações: entre 1991 e 2000, a população total do Território diminuiu em 13,9% e, entre 2000 e 2010, em 2,77%; mas, se em alguns municípios, como em Gavião (-53,6%) e Capela do Alto Alegre (-48,7). O fenômeno é parte de uma tendência geral dos últimos vinte anos para todo o Semiárido do Nordeste. A região é transformada, assim, em espaço de afugentamento de populações.

Com relação às populações rurais, apesar das dificuldades que se tem para distinguir, nessa região, o rural do urbano⁷, e considerando dados produzidos pelo IBGE e compilados pela SEI⁸, percebe-se

⁶ Os 14 municípios do TIBJ, todos situados na região conhecida como Semiárido, são: Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe e Quixabeira.

7. José Eli da VEIGA (2004) propõe como modelo para o estabelecimento da distinção entre urbano e rural a combinação de três variáveis principais: 1) o “grau de artificialização dos ecossistemas”, que seria decorrente da ação da “espécie humana”; e que, para a América Latina, somadas as áreas artificializadas e semi-artificializadas, não

que, entre 2000 e 2010, a população rural do Território diminuiu em 16%; mudaram, igualmente, as proporções entre a população urbana e a população rural: em 2000, 58% da população do Território era considerada rural; em 2010, essa porção era de 49%. Isso significa que a evasão de populações rurais é maior que a urbana; que, muito provavelmente, parte dos que saem do campo podem ser reencontrados nas cidades da própria região; que a porção rural da população do território continua bastante significativa.

No panorama social, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em dezembro de 2008, no TIBJ, 78% das famílias eram consideradas pobres e 74% das famílias e 80% das famílias de agricultores eram beneficiárias do PBF⁹. A taxa de analfabetismo era de 32%; a de abastecimento de água por sistema público era de 35,1% e a de esgotamento sanitário era de 30,6%, o que indica o grau de separação e distinção produzido pela peneira do acesso aos bens e serviços públicos.

Com relação à estrutura fundiária, de acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 2006, o TIBJ possuía 27.429 estabelecimentos rurais. Desses, mais da metade (51,5%) tinham menos de 10 hectares e mais de 94% tinham até 100 ha.; 70 estabelecimentos (0,25% do total) tinham mais de 1.000 ha¹⁰. De acordo com o “Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável” do TIBJ (CODES 2010), atualmente, mais da metade das terras dos municípios da Bacia é devoluta, e 105 imóveis do Território, envolvendo 76.771,50 ha de terras (quase 8% do total das terras), são improdutivo. Se a concentração da terra é uma “peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento” (WANDERLEY 2009: 11), este é um dos elementos centrais que transformam a agricultura familiar num “setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (IBID: 60). Na região, historicamente, à peneira do acesso à terra se soma a do acesso à água, inclusive para o consumo humano.

Uma das consequências dessas estruturas reaparece no quesito produção agropecuária. Em 2007, de acordo com dados do IBGE, a agricultura familiar detinha 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área¹¹ e 66% do valor bruto da produção. No entanto, o valor médio anual bruto produzido por estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) era de R\$ 1.101,81 (com valor médio mensal de R\$ 91,81)¹². A agricultura familiar do Território constitui-se num setor bloqueado no acesso à terra, à água, a serviços públicos básicos e, igualmente, dos processos de modernização.

Em síntese, na agricultura familiar do território se conjugam: 1) consideráveis perdas de populações (urbanas e rurais, mas, principalmente, rurais); 2) amplo predomínio de unidades de agricultura familiar no setor agropecuário; 3) grande predomínio de minifúndios; 4) persistência de uma produção agropecuária de baixa produtividade, utilizadora de tecnologias relativamente simples e voltada essencialmente para a produção para a complementação da subsistência da família; 5)

ultrapassa os 38% (Veiga 2004: 39): 2) a densidade populacional, para o que ele indica alguns parâmetros, como o da OCDE para a União Europeia, onde se considera rural uma área com menos de 150 habitantes por Km²; 3) o grau de desenvolvimento rural.

⁸ SEI -

9. Em dezembro de 2008, havia 35.698 famílias beneficiárias; em agosto de 2009, este número subiu para 37.985 (o que provoca um impacto significativo nos índices relativos, certamente).

10. Segundo o que estabelece a Lei 8.629/1993, pequena propriedade é o estabelecimento com até quatro módulos fiscais; para o Semiárido do Nordeste, o módulo fiscal tem entre 25 e 35 hectares. Portanto, quase 95% dos estabelecimentos rurais do TIBJ são pequenas propriedades.

11. A área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares e 51,5% do total dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares.

12. Conforme dados da SEI/SEAGRI, considerando o conjunto da produção agropecuária do território com base em séries históricas por produto, obtemos as seguintes informações: 1) considerando os principais produtos, a produção de 2008 é, aproximadamente, a mesma de 1990; 2) em 2000 houve um grande salto em termos de área plantada e de produto (no caso do feijão), a produção foi quase seis vezes maior que a de 1995); em seguida, inicia-se uma curva declinante atingindo, em 2007, patamar próximo ao de 1990; 3) a série histórica é marcada por grandes oscilações para a maior parte dos produtos e, considerando todo o período, pela permanência. Mas, finalmente, considerando o valor médio produzido por estabelecimento da agricultura familiar, sente-se a necessidade de conhecer as outras fontes de renda dessas famílias e em que proporções médias elas são combinadas.

situação generalizada de pobreza das famílias (vínculo ao PBF); 6) perda relativa da produção agropecuária na composição dos meios de produção da vida. Os bloqueios estruturais (terra, água, serviços e bens públicos e tecnologias) se traduzem, essencialmente, em termos de “vivência da precariedade”, o que coloca essa população no “degrau inferior de uma escala” da própria agricultura familiar brasileira (WANDERLEY 2009: 168) ou numa situação de “fronteira do social” (MARTINS 2009).

Programas atuais de políticas públicas - novas distinções e novas separações

Três sistemas de políticas afetam mais diretamente, cada um de seu modo, a produção do setor “agricultura familiar” do TIBJ: as políticas de previdência, de desenvolvimento e de assistência social. Neste trabalho, considerando as diferenças existentes entre esses programas de políticas, ou os mecanismos neles embutidos com a finalidade de distinguir e separar os que podem acessá-los, e considerando, igualmente, as suas finalidades, pretende-se identificar, para além dos sistemas simbólicos e normativos que os estruturam, a quantidade de recursos financeiros que eles transferem para a agricultura familiar do TIBJ. Ou seja, além da sua capacidade de distinguir e separar, esses programas produzem sujeitos sociais.

Uma das maiores fontes de transferência de dinheiro para o TIBJ são as aposentadorias. Em 2008, no TIBJ, havia 38.971 benefícios previdenciários; desse total, mais de 81% eram rurais. O total de recursos transferidos pela previdência nesse ano para o Território foi de R\$ 200.396.411,00, portanto, mais que as transferências constitucionais para os municípios do Território, e, inclusive, mais que o total do orçamento das prefeituras dos 14 municípios¹³. Alguns municípios aparecem como singulares: Serra Preta, que tinha 15.039 habitantes em 2007, contava com 4.164 benefícios previdenciários (28% ou 1/3 da população; ou um benefício para cada 3,6 pessoas). Para o conjunto do Território, havia um benefício para cada 6,1 habitantes. Mais curioso fica, ainda, quando comparamos a população rural do Território e o número de benefícios previdenciários: 31.645 benefícios para 125.546 habitantes, ou seja, um benefício para 3,96 habitantes rurais¹⁴. Esses números traduzem a importância que essa política tem para a população local, considerando os efeitos aglutinadores que ela produz nos modos de produção de vida e de socialização e na movimentação da economia local.

Se a Previdência é a principal fonte de transferência de recursos para os agricultores familiares e, inclusive, para o Território, o PRONAF (política de financiamento) é o principal instrumento de Política de Desenvolvimento para o setor. No TIBJ, em 2008, este programa injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 através de 2.715 contratos (de modo que, por contrato, a média de recursos foi de R\$ 3.063,00)¹⁵; menos de 10% dos estabelecimentos familiares do Território foram inseridos no programa. Ou seja, considerando o número de contratos e a média de valor alocado por contrato, a principal Política Pública de incentivo à agricultura familiar, no Território, não é uma política potencializadora do desenvolvimento rural¹⁶, por duas razões: a quantidade de recursos por contrato e a abrangência dos beneficiários. O PRONAF constitui-se como uma peneira que distingue e separa os mais competitivos dos menos competitivos.

A partir dos anos 1980, principalmente, a agricultura familiar do Semiárido foi incluída numa grande diversidade de programas de “desenvolvimento rural” e “combate à pobreza”, estaduais e/ou

¹³ Em 2007, somadas, as transferências constitucionais federais para os 14 municípios do Território somaram R\$ 162.231.391,62 e o orçamento total desses municípios alcançou a cifra de R\$ 174.760.237,36 (SEI/SIDE. In: <http://www.sei.ba.gov.br/side>).

¹⁴ Uma das explicações para essa singularidade é que os beneficiários de aposentadoria rural nem sempre são, pelo menos atualmente, habitantes de espaços rurais.

¹⁵ Nesse ano, o Salário Mínimo, que serve de referência para a maior parte das aposentadorias rurais, foi de R\$ 415,00, o que significa, para um ano, R\$ 4.980,00. O aposentado recebeu mais que a média dos financiamentos do PRONAF (por unidade de contrato).

¹⁶ Considerando os dados de uma pesquisa de campo, de 450 famílias entrevistadas, 20,8 afirmaram que, em algum momento, fizeram financiamento via PRONAF, e apenas 4 famílias receberam financiamento via outros programas. Das 450 famílias, apenas 11% receberam assistência técnica em algum momento.

federais. Desde o final dessa década, num processo de descentralização, os estados nordestinos tornaram-se os principais propositores/gestores desses programas. Na Bahia, a gama de programas que se situam nesse campo é relativamente larga e envolve, entre outros, os seguintes: Sertão Produtivo, Garantia Safra, Produzir, Semeando, Assistência Técnica (ATER) e Água Para Todos¹⁷. Todos esses programas são incluídos no rol de Programas de Desenvolvimento e, mais precisamente, pelo menos em termos nominais, de Combate à Pobreza.

Considerando as informações disponíveis a respeito do desempenho desses programas para o período 2007-2010¹⁸, constata-se que: mesmo tomados no seu conjunto, eles atingem cerca de 10% das famílias de agricultores do Território, o que coincide com os dados do PRONAF; a quantidade de recursos transferidos foi pouco significativa. Por exemplo, entre 2006-2010, o Produzir, que é o programa mais importante para a agricultura familiar do Território considerando o número de beneficiários e a quantia de benefícios (e beneficiários), envolveu 3.417 famílias (cerca de 10% dos agricultores familiares do TIBJ) e R\$ 5.156.239,24; foi transferido, em média, R\$ 1.509,00 por família (para cinco anos).

De acordo com dados do Cadastro Único (CadÚnico)¹⁹ do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2010, quando a população do Território era de 233.682 habitantes (IBGE, Censo de 2010), o número de beneficiários era de 50.889, ou, aproximadamente 22% do total da população (esses são indivíduos formalmente identificados como beneficiários; não se trata, portanto, do número de famílias abrangidas e/ou de membros dessas famílias); desse total, 38% eram de origem urbana e 62% eram rurais. Dois anos antes, em 2008, as 35.698 famílias beneficiárias do PBF²⁰ do TIBJ receberam, mensalmente, R\$ 3.170.322,00, ou seja, em média, por família, R\$ 88,80 mensais.

O PBF não atua, portanto, como “saneador de precariedades”, mas, essencialmente, como mecanismo que desloca o centro do sistema de precariedades, que vai das condições de humanidade para a comida; ele produz, igualmente, um sistema de bloqueio, que separa e distingue os que recebem financiamento dos que são assistidos. Em termos políticos, no entanto, ele produz um grande consenso, na medida em que dá sobrevida biológica a essas populações. Com isso, a “Convivência com o Semiárido”, pelo menos na perspectiva do Estado, torna-se mito, uma “utopia” e uma coisa do passado, que é substituída pela ideia da necessidade de convivência com o mercado (como consumidor e não como produtor). A Previdência situa o pós-trabalhador (produtor); a Assistência remete ao pré-trabalhador (produtor), cada vez com menos chances de ingressar no mundo do trabalho (da produção); as políticas de Desenvolvimento são para uma pequena parcela da população.

DOS DESLOCAMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

O PBF foi inventado pelo Estado com a intenção de inserir famílias nas redes de consumo. Mas, ao mesmo tempo, ele produz deslocamentos nas estruturas e nos modos de viver das populações situadas abaixo da linha da pobreza; ele produz, ainda, no âmbito da sociedade, um grande consenso.

Mergulhando no miúdo da vida da “população assistida”, procura-se, neste trabalho, identificar as continuidades/mudanças na vida-rotina dos agricultores familiares beneficiários do PBF. Três

17. Embora sejam geridos pelo estado/Bahia, grande parte dos recursos alocados é federal.

¹⁸ Essas informações são resultantes de ampla pesquisa documental realizada pelo Grupo de Pesquisa no âmbito das secretarias do governo do Estado da Bahia e que gerem esses programas.

¹⁹ O MDS disponibilizou para o Grupo de Pesquisa uma série de informações constantes do Cadastro Único, o que foi muito importante para o desenvolvimento da investigação. Neste item, as principais informações foram retiradas desse Banco de Dados. Entende-se que um Banco de Dados como este se constitui como instrumento de importância capital para o exercício do controle social por parte do Estado.

²⁰ No âmbito da Assistência Social, na agricultura familiar da região, outro programa de grande importância em termos de recursos transferidos é o chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso (mais de 65 anos) e à pessoa com deficiência (de qualquer idade) que não possuem meios de prover a própria manutenção.

portas permitiram ingressar nessa realidade: a das ações de produção da vida, a da distribuição das tarefas entre os membros da casa e a das redes de sociabilidade. As famílias são consideradas as “unidades” primeiras da investigação; no entanto, o foco do olhar mirou as relações entre os membros dessas unidades, e, essencialmente, as relações de gênero e geração: como essas relações são reconstruídas a partir da apropriação e uso, na unidade familiar, do dinheiro do PBF, e como esses processos repercutem nas relações externas da família ou na comunidade?

Sobre os sistemas familiares de produção de vida

Nas últimas décadas, o TIBJ tornou-se um “território do dinheiro” (SANTOS 1999); o dinheiro, a mais importante das “fichas simbólicas” (GIDDENS 1991), ou a necessidade que estrutura todo o sistema de necessidades (MARX 1972)²¹, tornou-se o sujeito principal na produção do Território. Além disso, a agricultura, que se fazia quase exclusivamente na articulação entre as economias gratuita e mercantil (SABOURIN 2009), viu a economia pública tornar-se hegemônica nos processos de sua produção. Além de o dinheiro assumir o lugar das gentes e das coisas, o dinheiro público substituiu outros dinheiros, inclusive o do trabalho, alçando o Estado ao centro do campo da produção da vida.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que o entendimento dos deslocamentos nos sistemas e nos modos de produção da vida passa, primeiro, pela decifração do termo “trabalho” e, em seguida, dos lugares/trabalhos dos membros da casa. Para o agricultor familiar do TIBJ, as atividades que contribuem para a produção da vida são plurais, e o trabalho é uma delas. Além da palavra “trabalho”, para identificar essas atividades (produtivas), fala-se de “labuta”, “lida-lida”, “ajuda”, “adjutório”, “macacada”, “venda de diárias”, “bicos” e “assalariamento”. Aparentemente, todas elas se referem a um mesmo objeto (ações de produção de vida); no entanto, elas designam diferentes sujeitos, posições sociais e formas de estruturar relações, de modo que se pode agrupá-las em três conjuntos de sentido: 1) o trabalho como dito (ação produtiva “do homem” realizada no estabelecimento e que resulta em “produtos” para o consumo e/ou para a venda); 2) a “ajuda”, a “lida-lida” ou a “labuta” (as ações “das mulheres” e/ou “das crianças”, e, também, as ações repetitivas, mesmo quando realizadas por homens, como a de buscar água ou alimentar animais); 3) a “venda de diárias” a “macacada”, o “dia de macaco” e o assalariamento (atividades realizadas fora do estabelecimento, mediadas por terceiros e que têm a finalidade de produzir dinheiro).

Tradicionalmente, na região, o “trabalho” é atribuição do homem; mulheres e crianças “ajudam”. Mesmo no interior do estabelecimento (do sítio), o filho homem só “trabalha” quando é “liberado” pelo pai e/ou pela lei (as condicionalidades do PBF); ou quando casa: “desde os doze anos, eles ficam na angústia de quando poderão trabalhar”, dizia um agricultor de Pintadas. Só casa o homem que já trabalha, de modo que “todo homem casado trabalha”. Com a liberação para o trabalho, o filho/homem pode, também, trabalhar fora – “macacada”, “dia de macaco”, “venda de diárias”, “assalariamento” – para ganhar o seu dinheiro, na vizinhança ou longe.

A ação do homem, além de ser “produtiva” (produz alimentos e dinheiro), cria o próprio homem (se torna homem pelo trabalho); extensivamente, cria a mulher e a criança como os que ajudam (excluídos do campo do trabalho). A ação da mulher pode ser reconhecida em alguns casos como trabalho: quando não há homem na casa. Mas, essencialmente, o trabalho produz o homem e, negativamente, a mulher e a criança, de modo que não é o trabalho que caracteriza a mulher e a criança, mas a ajuda, que é a negação do trabalho.

Esse modo tradicional de representar a produção dos indivíduos e da sociedade permanece na região, apesar de encontrarmos alguns sinais que apontam para o seu rompimento, tanto no âmbito das falas quanto da própria prática, como nos casos de grupos de mulheres que se associam para

²¹ “A necessidade de dinheiro é assim a verdadeira necessidade produzida pela Economia Política e a única necessidade que ela produz. A quantidade de dinheiro é cada vez mais a sua única propriedade importante. Assim como ele reduz todo ser a sua abstração, assim se reduz em seu próprio movimento em ser quantitativo. A desmedida e o excesso é sua verdadeira medida” (Marx 1972: 92).

produzirem. Dois mecanismos contribuem para essa ruptura: a monetarização dos modos de produzir a vida e a “presença” das “condicionalidades” do PBF. Por um lado, não é mais só o trabalho que dá acesso ao dinheiro, de modo que o dinheiro deixa de ser coisa só de homem; por outro, com as crenças embutidas nos requerimentos das condicionalidades, a criança já não ajuda, ela estuda. O campo da ajuda encolhe: o jovem (homem) passa diretamente do “estudar” para o “trabalhar”, sem passar pela fase da ajuda; a jovem (mulher) combina ajuda e estudo na preparação para o casamento. Mas, hoje, entre os jovens, é quase unânime a ideia de que o trabalho é meio de obter dinheiro. Poucos jovens homens consideram a possibilidade de produzir para a subsistência.

Com a monetarização das relações e a quase universalização do PBF e com o adensamento das relações entre agricultores, Estado e mercado, são reestruturados os sistemas e os modos de produzir a vida. Essas mudanças se revelam na tensão entre trabalho e dinheiro e se desdobram nas relações entre os dinheiros de transferências públicas e dinheiros do trabalho; elas se revelam, igualmente, nas relações entre os sistemas simbólico-normativos e a vida-rotina dos agricultores.

Mas, ao mesmo tempo, “naturalizam-se” os modos de cumprimento das condicionalidades do PBF, sob a responsabilidade da mulher. Cabe “quase” exclusivamente a elas levar os filhos ao posto de saúde, acompanhar o calendário de vacinação, controlar o cartão de vacina e a matrícula escolar. Apenas em um dos casos, entre os cinquenta estudados, se afirmou que o homem divide essas tarefas. A responsabilização da mulher é acrescida, ainda, em decorrência, por exemplo, da ausência de cônjuge, cujos motivos envolvem desde a busca, por este, de trabalho em regiões distantes, as separações conjugais de fato e/ou a inexistência de vínculos conjugais.

A naturalização da responsabilidade pelas condicionalidades produz, pelo menos, dois efeitos. O primeiro remete à restauração - que está subjacente na formulação do Programa - do papel atribuído à mulher na “reprodução” da vida, nos “cuidados” com os filhos, na administração das coisas da casa, fixando e essencializando a mulher a partir das funções biológicas. Essa restauração foi fartamente verificada em conversas com agentes governamentais locais - assistentes sociais, agentes de saúde, diretoras de escolas e professores -, quando inquiridos sobre o cumprimento das condicionalidades²². O segundo ponto se refere ao consenso que se estabeleceu sobre a legitimidade da preferência das mulheres pelo Programa. Entende-se que o acompanhamento do calendário de vacinas e da vida escolar é um atributo “natural” da mulher, que cuida melhor da casa e sabe melhor das necessidades.

Em síntese, com a apropriação de dinheiros e de crenças embutidas nas políticas públicas, particularmente nas condicionalidades, os agricultores familiares reestruturaram os modos tradicionais de produzir a vida: 1) o dinheiro tornou-se a principal “ficha simbólica” ou a expressão da materialização da necessidade, subordinando a ele o trabalho; 2) o trabalho no sentido estrito mantém-se como atribuição do homem (gênero); no sentido largo, torna-se uma atribuição do adulto (geração); 3) o cuidado da casa e de tudo que isso implica (condicionalidades) é atribuição quase exclusiva da mulher; 4) com a apropriação dos dinheiros dos programas de políticas públicas (PBF), são redistribuídas as posições/disposições dos indivíduos no interior das casas (nos sistemas de produção e de viver a vida) com repercussões na sociedade/mercado.

A distribuição de tarefas nas unidades familiares

Da monetarização das relações sociais e das novas estratégias de produção de vida decorrem mudanças nas estruturas de posições dos indivíduos nas unidades familiares e na distribuição das tarefas em, pelo menos, três campos: 1) desvincula-se a criança/adolescente dos ambientes da produção de alimentos/bens e da produção de renda/dinheiros para situá-lo na escola

²² Sobre o resgate da ideia fundada na relação entre mulher e cuidado, encontra-se, hoje, uma literatura relativamente vasta, com raízes, principalmente na CEPAL, e difundida entre os governos latino-americanos. Termos como “Brasil Carinhoso” e “governo que cuida do povo”, muito usados no Brasil, situam-se nesse contexto. Ver: FAVERO, Celso Antonio. **Encontros e desencontros nos modos de produzir a vida. Entre seres de necessidades e seres desejanτες**. In. ANDRADE, Elizário Souza e SILVA, Francisca de Paula. Estado e políticas públicas. a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012. P. 197-246.

(condicionalidade); 2) entre a produção de alimentos/bens para a unidade familiar e a produção de renda/dinheiro para o acesso ao mercado, o eixo forte tende a deslocar-se do primeiro para o segundo²³; 3) produz-se um campo de tensões entre diversas formas de produção/acesso ao dinheiro, opondo entre si os dinheiros resultado direto do trabalho, do PBF, dos bicos, das aposentadorias/pensões, do jovem; mas, principalmente, produz-se o primado do dinheiro que substitui toda outra e qualquer necessidade.

Mas, ao mesmo tempo, ou para além dessa unidade, enquanto alguns dinheiros são vinculados ao homem, outros são da mulher e outros dos jovens. Essas diferenças entre os dinheiros dos indivíduos se manifestam, essencialmente, no seu uso: quem decide sobre o seu uso e em que é usado? Redistribuem-se, em consequência, complexificando-se, as posições e as disposições dos indivíduos na unidade família e na sociedade/mercado. Mas, se produção/apropriação de renda/dinheiros torna-se estruturante do campo família e nos modos de produzir a vida, a economia gratuita (aquela na qual o dinheiro - quando existe - é apenas um meio) não desaparece, mas se refaz nas novas circunstâncias, ganhando novos sentidos, que emergem, por exemplo, quando se verifica, mais cuidadosamente, a redistribuição das tarefas na casa, em momentos de fartura e de crise.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho no âmbito das unidades familiares, aos homens cabe, ainda hoje, a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”: trabalhar, vender, trocar, comprar, decidir sobre o que produzir e o que comprar; à mulher cabe cuidar da casa, dos filhos, dos pequenos animais, da horta, do artesanato feito “nas horas vagas”, buscar ajuda de parentes e vizinhos (a gratuidade nas relações comunitárias), providenciar água para o consumo; aos filhos cabe estudar; aos jovens cabe preparar-se para o casamento (emancipação). As tarefas da mulher são vinculadas, essencialmente, aos usos e ao consumo da família.

Essa divisão de tarefas é portadora de um caráter valorativo, que repercute, por exemplo, pelo menos no plano da representação, em maior ou menor autoestima. Ela expressa continuidade/descontinuidade, se comparada aos modos tradicionais de estruturação das casas. Enquanto continuidade, é legitimado o lugar tradicional do homem no exercício do controle e da gestão dos recursos financeiros gerados na família e vincula-se o homem à produção, seja no estabelecimento ou fora dele: “se não tiver trabalho por aqui, eu vou sair pelo mundo”. Nessa circunstância, a mulher não sai para o mundo, repete as atividades de sempre. Mas, enquanto descontinuidade, foi criado um novo lugar para a mulher, sem mexer significativamente no anterior: ela torna-se a responsável junto ao Estado, principalmente para o cumprimento das condicionalidades do programa. Em uma das rodas de conversa, foi emblemática a fala de uma das mulheres: “a mulher trabalha na casa e na roça também, enquanto o homem faz serviços fora ou presta diária na terra de outras pessoas”. A mulher sempre foi para a roça, sempre “ajudou” o homem no seu trabalho na roça; mas, atualmente, quando aumenta o tempo do homem fora da própria roça, aumenta o tempo da mulher na roça, onde ela assume, frequentemente, a direção da atividade.

Na fala da mulher está em jogo o “fora” e o “dentro”, como demarcadores de lugares e de posições que homem e mulher ocupam na distribuição das tarefas no âmbito da unidade familiar. Por um lado, o trabalho “dentro” é assumido majoritariamente pelas mulheres e aquele realizado “fora” é atribuído ao homem; por outro, está em andamento um processo de redefinição sobre o que é dentro e o que é fora, de modo que o fora que se concentrava na roça se torna cada vez mais o fora do estabelecimento. Além disso, quanto mais se desloca a atividade do homem para fora do estabelecimento, mais ele carrega consigo o conteúdo do termo trabalho: trabalhar é uma atividade feita fora: “o homem trabalha quando arranja serviços”. A ação da mulher na roça, que antes era própria do homem, é desqualificada.

23. A economia gratuita ou economia do dom (estabelecida na relação com vizinhos e parentes), embora importante para a produção/reprodução das famílias na região, sempre foi considerada como uma forma complementar de obtenção de meios de vida.

Contribui para a produção/reprodução dessa desigualdade de gênero o desencontro entre as políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF, vinculado principalmente ao homem (são raras as mulheres no Território que acessam o PRONAF), e as políticas de assistência social, como o PBF, explicitamente vinculado à mulher. Essa divisão – com raízes nas estratégias ideológicas e normativas do Estado e que envolvem, na ponta de baixo, os seus agentes extensionistas e de assistência social – contribui significativamente para a demarcação e a naturalização dessa divisão sexual das atividades na família.

Essa assimetria nas relações de gênero nos sistemas de distribuição das tarefas nas unidades familiares se reproduz nas relações entre gerações. Na distribuição das tarefas nas unidades familiares referentes aos filhos e filhas, se reproduz o mesmo padrão verificado na relação entre o pai e a mãe. Se, por um lado, a ajuda das crianças e dos adolescentes foi transformada em trabalho e substituída pela escola, por outro, diferem as expectativas que se tem com relação ao menino e à menina. Na convivência diária com muitas famílias percebeu-se que as meninas dividem o seu tempo ajudando a mãe nos afazeres domésticos e na dedicação aos estudos; enquanto isso, alguns dos filhos mais velhos acompanham o pai em atividades da roça. Mas, em geral, eles não vão para a roça para não perderem aula: “eles gostam de estudar, não perdem aula e querem continuar estudando pra mudar de vida”.

Curiosa é a fala dos meninos com relação às colegas na Escola Família Agrícola de Jaboticaba: “há disciplinas como zootecnia, que as meninas não têm jeito para laçar um garrote”; um deles acrescenta: “só conheci na escola uma única menina que sabia ordenhar”; e outro: “as meninas preferem arrumar os quartos e limpar a escola”. A inscrição da ordem masculina nos discursos interdita tacitamente a inserção das meninas em determinadas atividades destinadas para os homens. Enfim, durante a pesquisa foi possível perceber a força expressiva com que as famílias projetam o futuro dos filhos a partir da crença na escola e no ganhar dinheiro. É com base nessas crenças que, muitas vezes, os filhos são poupados do envolvimento com afazeres domésticos ou de trabalho na roça. Pais e mães justificam o esforço que fazem para que os filhos estudem: “(...) quero que eles tenham um futuro que infelizmente não consegui conquistar”.

Trajetos e redes de sociabilidades das famílias

Nas famílias que participaram na última fase da pesquisa, a mulher é titular do “cartão” do PBF, o que lhe dá o acesso ao dinheiro e à definição do seu destino e a torna reconhecida pelo Estado e no mercado. A posse do cartão afeta profundamente as suas rotinas e os seus trajetos, requalificando e alargando a sua rede de relações. Na pesquisa, acompanhando trajetos de mulheres e homens, jovens e crianças, foi possível identificar as “estações” (GIDDENS 2003) ou os lugares no trajeto onde se adensam o tempo/espço da realização da vida. Além da casa, posto de saúde, escola, feira, mercado, casa lotérica, banco, igreja e vizinhança são paradas obrigatórias onde se materializam a apropriação e os usos do PBF pelas famílias, com a mulher protagonizando as ações. Mas, cada membro da família tem as suas próprias estações. Seguindo as suas trajetórias e observando onde param e o que fazem nessas paradas, pode-se dimensionar como se constituem, para esses personagens, as suas redes de sociabilidade.

A forte presença de mulheres nas rodas de conversa realizadas ao longo das pesquisas, mesmo quando se teve o cuidado de convidar a comunidade, indica que é consenso na região que PBF se liga à mulher. Provocadas a falarem sobre o assunto, as mulheres, por unanimidade, concordaram em afirmar que cabe a elas a apropriação e o uso do dinheiro, já que elas sabem dar melhor uso ao dinheiro, que é destinado aos cuidados com a casa. É um dinheiro para a casa e, portanto, deve ser gerido por elas. Ao serem provocadas pela pergunta: “(...) e se fosse o homem o que recebesse o dinheiro?”, a resposta começou com risos e com uma exclamação que fez coro: “hum... ficava metade no meio do caminho;” outras diziam: “todo não chegava em casa”; outra: “a mulher é que sabe o que precisa dentro de casa”.

Essa unanimidade forma redes sociais, estabelece vínculos e, principalmente, altera a posição da mulher na sociedade. Ela afeta a própria autoestima da mulher. A sua disposição para participar de

encontros referentes ao PBF, chegando a enunciar iniciativas e/ou promessas de rompimento de relação de subordinação ao homem/marido, foi bem traduzido pela resposta de uma delas, quando a amiga lhe perguntava com quem havia deixado “os meninos”: “Ah! Deixei com ele (o marido) e disse que tinha uma reunião do ‘Fome Zero’, e que ele tomasse conta dos meninos porque eu não sabia que horas ia voltar”. A fala, acompanhada de expressão de contentamento e risos, indica um misto de vitória e dúvida. Atitudes assim foram verificadas em muitas comunidades, apontando para mudanças na rotina das beneficiárias do programa, que possibilitam ampliar as suas redes de relações, já que agora elas andam por outros caminhos e demoram em outras estações, para além das estações tradicionais da mulher local: a casa, os vizinhos e a igreja.

Mas, a despeito desses deslocamentos nas rotinas e nos trajetos que tornam as mulheres visíveis no comércio, nas filas das casas lotéricas e em estações que se tornaram obrigatórias para os beneficiários do Programa, e apesar de se ter instituído e legitimado a ideia de que o recebimento do benefício deve ser feito “preferencialmente” por mulheres, na pesquisa ficou nítida a impressão de que tudo isso é ainda insuficiente para produzir deslocamentos mais profundos nas relações hierárquicas de subordinação homem-mulher e, sobretudo, quando se refere à participação na esfera pública. Ficou visível, também, que se reforça, com o Programa, na prática e nas representações, o lugar/papel tradicional da mulher de cuidar da casa. Produz-se uma espécie de desencontro entre o alargamento “físico” dos trajetos e a manutenção da ideia de que o lugar da mulher é a casa. Se, por um lado, é quase nula a presença de mulheres em organizações sociais tradicionais (associações comunitárias, sindicatos, cooperativas) e que se situam para além dos trajetos “obrigatórios”, por outro, elas criam e ingressam em novas redes, e se encontram com mais frequência com pessoas que antes não faziam parte das suas redes.

Esses novos trajetos e paragens complexificam o seu território, abrindo o leque das sociabilidades advindas dos conteúdos novos de informações que são obrigadas a adquirir para atender às novas demandas do ser mulher, como a de ser responsável pela administração do cartão do PBF. Acompanhando mulheres nos seus trajetos, foi possível observar, por exemplo, para além das relações de mercado, o estabelecimento “espontâneo” de uma rede de “entre ajuda” e solidariedade que funciona, por exemplo, quando convém esclarecer dúvidas sobre os locais próprios para tirar a documentação ou sobre exigências do Programa e, ainda, para facilitar estratégias de acesso a locais e pessoas mais indicadas para resolver problemas.

Nas comunidades locais, o PBF estabeleceu-se como espaço de apoio mútuo, rompendo com a sua formalidade, que exclui relações de horizontalidade²⁴. Os encontros se refazem em lugares tradicionais, como nas rodas de “cata/quebra de licuri”, ou em lugares novos, como postos de saúde. O PBF, formalmente, não estabelece vínculos laterais; mas, no processo de sua apropriação no interior das comunidades, esses vínculos tendem a ser recriados.

Certeza e medo – medo por que não é um direito, é uma espécie de dádiva e é incerta – se misturam refazendo a vida da mulher. Se, por um lado, o dinheiro do Programa é certo (quantidade certa), contraditoriamente, é produtor de medo (a sua chegada é incerta). “Todo final de mês o medo bate”; por quê? “Medo de botar o cartão e não sair dinheiro; com que vou pagar as dívidas?” Os relatos expressam o caráter dessa vida precária, dessa nova precariedade, não mais necessariamente da falta de comida, mas de uma vida sujeita a determinações incontroláveis, cada vez mais fluídas e modeladas por programas que embutem incerteza, inconstância, imprevisibilidade. Institui-se um modo de vida que exige autorização do outro. A comida vinda como dom substitui a própria possibilidade de ser sujeito, de ser humano. “Hoje tem, amanhã não se sabe”. É assim também com o trabalho: não é “fixo” e nem “certo”. Daí os dias vividos misturando comida, riscos e medos. Fragmentação, instabilidade, incerteza e fé (rezam muito) integram o cotidiano das famílias e afetam, sobremaneira, a mulher na condição de responsável pela casa, educação e saúde dos filhos, com o dinheiro “certo”, mas “incerto”.

24. O PBF é baseado em relações verticais tendo nos extremos o Estado e a família/indivíduo, mediado por um sistema técnico e pelas condicionalidades, que transformam o beneficiário em objetos de controle.

CONCLUSÕES

As contradições que estruturam a relação entre a vida que se move por si mesma e os sistemas simbólico-normativos que têm no Estado o principal agente transformaram o a agricultura familiar do semiárido nordestino e, particularmente, do TIBJ, numa espécie de laboratório ou numa fronteira onde se exercitam novos modos de produção do social e do humano. Não se trata, aqui, no entanto, de qualquer Estado, mas do Estado do PBF, um Estado que controla, pela via deste programa, dois poderosos mecanismos de “desencaixe”: as “fichas simbólicas” ou o “sistema de necessidades”, configurado particularmente no dinheiro, e o “sistema de peritos”, ou a capacidade de produzir ideias de verdade e crenças através da criação e da disseminação de aparatos simbólicos e normativos. Produz-se, nas relações entre esses dois agentes, um campo onde operam mecanismos de apropriação/produção criativa e de destruição criativa, dando origem a um novo chão, lugar, forma e dinâmica de viver e de produzir vida.

Os agricultores familiares da região, portadores de uma história e inseridos em um universo de circunstâncias que os fazem ser de um determinado modo, ao se depararem com um novo e poderoso sistema de linguagem que tem no dinheiro e no consumo a moeda forte, e ao se apropriarem do PBF que é a expressão maior desse sistema, assimilando-o na produção do seu cotidiano, requalificam-se requalificando a própria realidade vivida. O PBF, na sua efetividade, deixa de ser, assim, apenas o programa formal, para tornar-se, também, um ingrediente nas estratégias de produção de vida dessa população. Mas, o PBF, como parte mais significativa de um conjunto de elementos e de estratégias de destruição criativa, tende a impor, em grande medida, a sua razão. Essa força do Programa ganha ainda mais vigor na relativa medida da perda de capacidade de auto-sustentação da agricultura familiar. É, portanto, do encontro/desencontro entre esses dois personagens que emergem as principais expressões de deslocamentos na realidade dessa população.

Neste trabalho procurou-se cartografar expressões desses deslocamentos. A precariedade, e, mais que isso, a própria destruição de uma capacidade histórica de produção de vida de um povo, que é atingida na sua raiz, na sua dignidade, é a expressão ou o que parece restar dessa destruição criativa. Criativa, pois cria o destituído, o desumanizado: a dignidade de ser alguém que se inscreve no tempo/espaço como sujeito e que estabelece, minimamente, os termos para as estratégias de produção de sua própria vida. Ela é criativa, além disso, pois recria o próprio Estado como novo sistema de controle social sob o domínio da “ficha simbólica” dinheiro, que insere o agricultor, agora completamente vulnerável, nos sistemas de consumo.

Mas, ao firmarmos o olhar nos modos como os agricultores familiares produzem as suas vidas e vivem nesse novo contexto, pôde-se perceber o mesmo como sujeito, precário, vulnerável, mas um sujeito que é capaz de reinventar o seu passado, de inventar artimanhas e estratégias, de recriar o seu lugar, o seu território, a si mesmo e as próprias relações com o Estado. Essa criatividade perpassa as inter-relações no interior das casas, as relações de gênero e gerações que são refeitas e introduzem elementos para um mútuo reconhecimento, como diferentes e iguais; elas se articulam a partir dos modos ou dos sistemas como se estrutura a produção da vida; elas se espalham nas redes comunitárias ou mais amplas de sociabilidade. Na fronteira, a dinâmica da destituição da humanidade de um dos sujeitos pelo controle do outro é, ao mesmo tempo, uma dinâmica de reinvenção dos modos de enfrentar os sistemas de controle e de dominação.

REFERENCIAS

CODES - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. Território Bacia do Jacuípe, 2010. Disponível em: <http://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com/p/o-ptds.html>. Acesso em 23/10/2011.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. **De quelques formes primitives de classification - contribution à l'étude des représentations collectives**. In. Année sociologique, 6 (1903). Acessível em http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/forme_s_classification.pdf

FAVERO, Celso Antonio. **Encontros e desencontros nos modos de produzir a vida. Entre seres de necessidades e seres desejantes**. In. ANDRADE, Eliziário Souza e SILVA, Francisca de Paula. Estado e políticas públicas. a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012. P. 197-246.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. S. Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como Destruição Criativa**. In. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Tradução, Agosto de 2007. Acessível em www.interfacehs.sp.senac.br

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Vol. I e II. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas, III, A Filosofia do Espírito**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1), Maio de 1996. P. 25-70.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1844. (Économie politique e philosophie)**. Présentation, traduction et notes d'Émile Bottigelli. Paris: Les Éditions Sociales, 1972.

SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil**. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. In. Geografia. Ano I - Nº. 1 - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9.

VEIGA, José Eli. **A dimensão rural do Brasil. Programa de Seminários Acadêmicos**. 5ª feira FEA-USP. Seminário nº 4/2004. In http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.